



Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



**Relatório
de Gestão
1**

1 - Introdução

Exmos. Associados,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a direção da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, com sede social em Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2016.

O referido documento contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e conforme modelos de demonstrações financeiras constantes da portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

1.1 - Apresentação da Associação

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo é uma associação sem fins lucrativos, constituída a 9 de agosto de 1996, com a missão de gerir e tratar os resíduos sólidos urbanos produzidos nos (10) municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova de Barquinha.

A RESITEJO é detentora de uma matriz de infra-estruturas (instalações, equipamentos mecânicos, recipientes, recursos humanos e financeiros) destinada a assegurar com eficiência conforto, segurança e inocuidade a deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização, eliminação, estabilização dos referidos resíduos sólidos urbanos.

2 - Enquadramento Económico

Ao longo de 2016 a economia mundial manteve os principais traços que a caracterizaram ao longo de 2015. Nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento observou-se uma ligeira melhoria nas perspetivas e nas economias avançadas registou-se um crescimento económico moderado.

O resultado do referendo britânico a favor da saída da EU teve como consequência uma deterioração das perspetivas para a economia mundial, perante um aumento da incerteza económica e política.

A aceleração da atividade económica portuguesa em 2016, é justificada pelo aumento das exportações e pelo ligeiro crescimento da procura interna.

Assim em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,2% em volume, sendo que deverá acelerar para 1,4% em 2017. O contributo da procura interna para a variação anual do PIB diminuiu, situando-se em 2,1% em 2016 (2,6% em 2015).

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

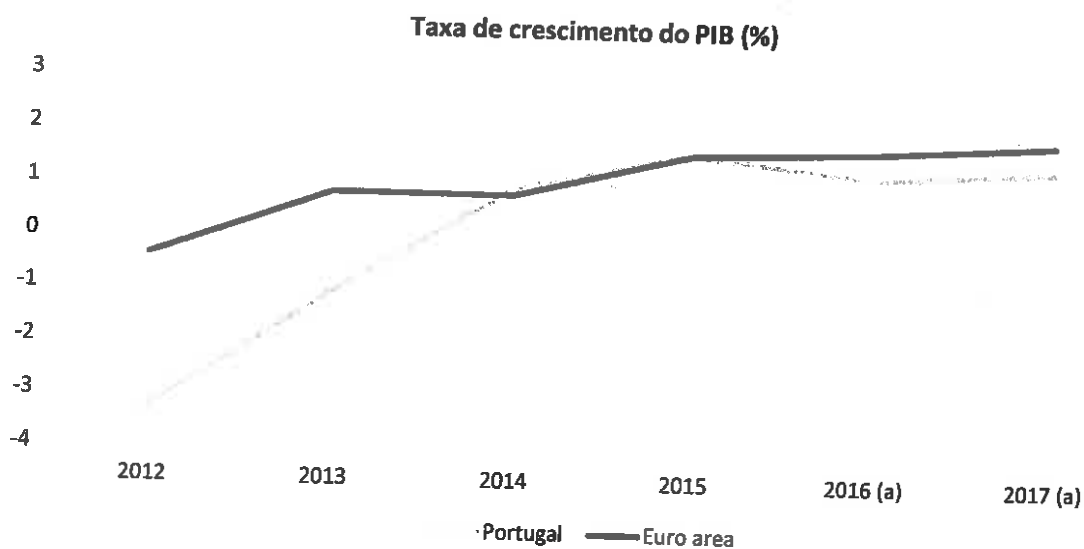
Principais indicadores económicos (%)						
	2012	2013	2014	2015	2016 (a)	2017 (a)
Produto interno bruto (PIB)	-3,3	-1,1	0,9	1,6	1,2	1,4
Consumo privado	-5,8	-1,2	2,2	2,6	2,1	1,3
Consumo público	-3,9	-2,0	-0,5	0,8	1,0	0,0
Défice (% do PIB)	-5,2	-4,8	-7,2	-4,4	-2,6	-2,1
Taxa de desemprego	15,7	16,2	13,9	12,4	10,5	10,1
Taxa de inflação (IHPC)	2,8	0,4	-0,3	0,5	0,8	1,4

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística e Ministério das Finanças e Banco de Portugal e Eurostat
 Notas: (a) Previsões OCDE (Jan. 2017)

A taxa de desemprego anual prevê-se que se situe nos 10,5%, o que se traduz em cerca de 540 mil pessoas desempregadas. Em relação ao ano anterior é de realçar que a taxa de desemprego se fixou em 12,4%, e recorde-se que a taxa de desemprego em 2014 era de 13,9%.

Entre os estados-membros, Portugal continua a ter uma das taxas de desemprego mais elevadas, sendo que as mais altas são a de Espanha (20,4%) e da Grécia (24%), enquanto Alemanha (4,9%) e Malta (5,4%) apresentam as taxas mais baixas. Na zona Euro, a taxa de desemprego desceu para 10,5% enquanto na União Europeia desceu para 9,0%.

A economia portuguesa apresenta um crescimento de 1,2% em 2016, no entanto pior em 0,4% em comparação com 2015 (1,6% em 2015). Para 2017, a Comissão Europeia prevê uma estabilização do PIB, positivo em 1,4%, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



Segundo as previsões económicas o crescimento do PIB deverá de ser próximo, embora inferior, ao projetado para a zona euro, devido ao elevado nível de endividamento dos setores público e privado. Em termos médios anuais a Comissão Europeia espera uma evolução do PIB da zona euro para 1,7% e 1,9% em 2016 e 2017, respetivamente.

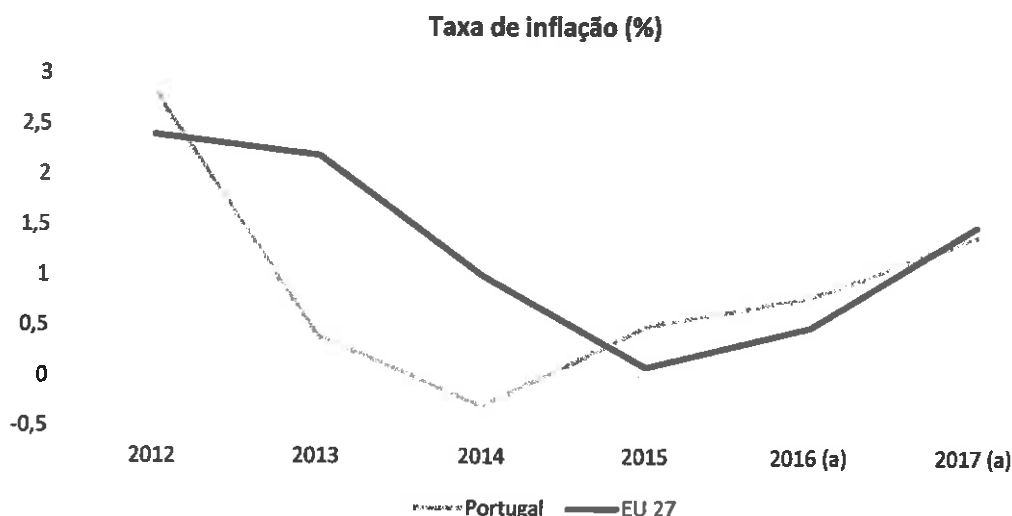
Em Espanha, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou uma taxa de 2,8% positivos no ano de 2016, tendo previsto uma taxa de 2,5% positivos para 2017.

O BCE decidiu baixar as taxas de juro oficiais, pelo que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento baixou para 0,0%. De acordo com essa entidade, as pressões sobre os preços na área do euro deverão continuar moderadas no médio prazo, e as condições monetárias, nomeadamente ao nível do crédito, deverão permanecer contidas.

No que diz respeito aos EUA, a Reserva Federal norte-americana (Fed) aumentou a taxa de juro de referência entre os 0,50% e 0,75% ao ano.

A taxa de inflação em 2016, divulgada pelo INE, fixou-se nos 0,8%. Em 2016, o valor final da inflação tinha sido 0,5%.

Enquanto, a Eurostat divulgou, relativamente a 2016, que a taxa de inflação anual da zona euro foi de 0,5%, enquanto na UE aumentou para 0,5%. O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):



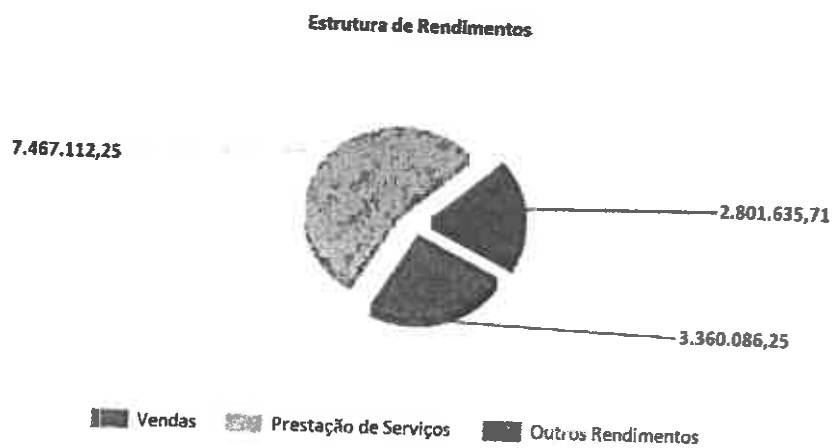
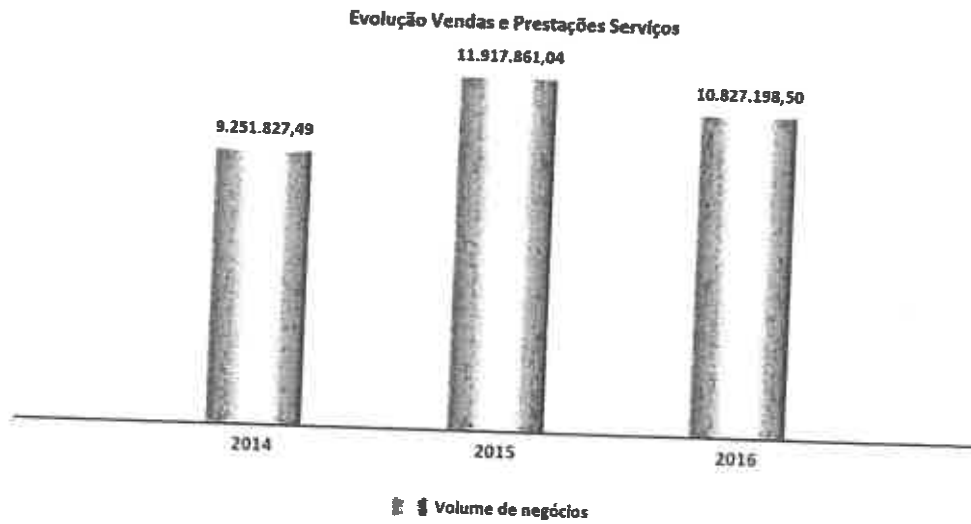
As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, com um ritmo médio de crescimento próximo do projetado para a área euro. O crescimento deverá ser assente no aumento das exportações, a par de uma recuperação da procura interna.

Apesar de ter alcançado progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos, Portugal deverá prosseguir o processo de ajustamento em curso, com aumentos sustentáveis do consumo, com um crescimento do investimento que assegure a renovação do capital e com níveis de endividamento progressivamente menores.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2016 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Associação.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



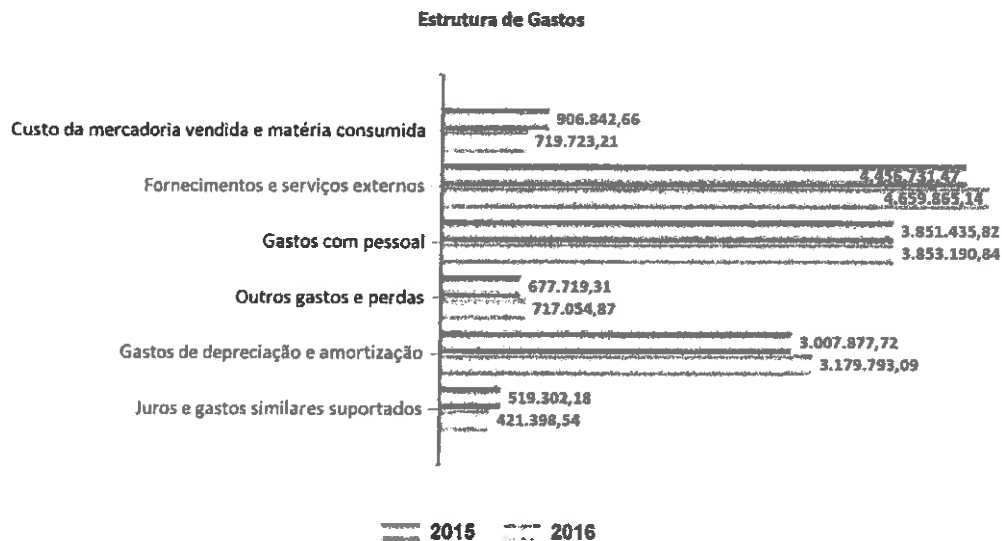


RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2016

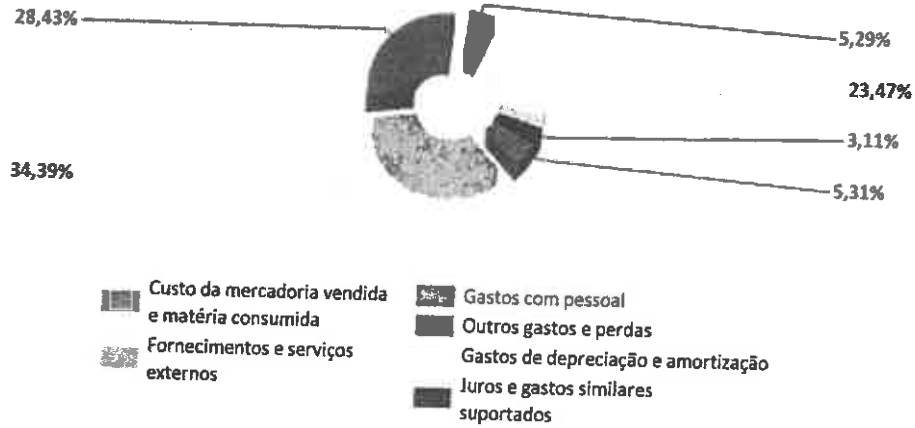
Em relação à atividade operacional salienta-se que foram processadas cerca de 203.000 toneladas de resíduos (cerca de 187.000 toneladas em 2015), conforme detalhe que a seguir apresentada (valores em toneladas):

Descrição	2016	2015
Aterro	33.854	29.920
<u>TMB:</u>		
Municípios	75.260	74.104
Outros	76.378	69.188
Triagem	17.680	13.440
Total	203.172	186.652

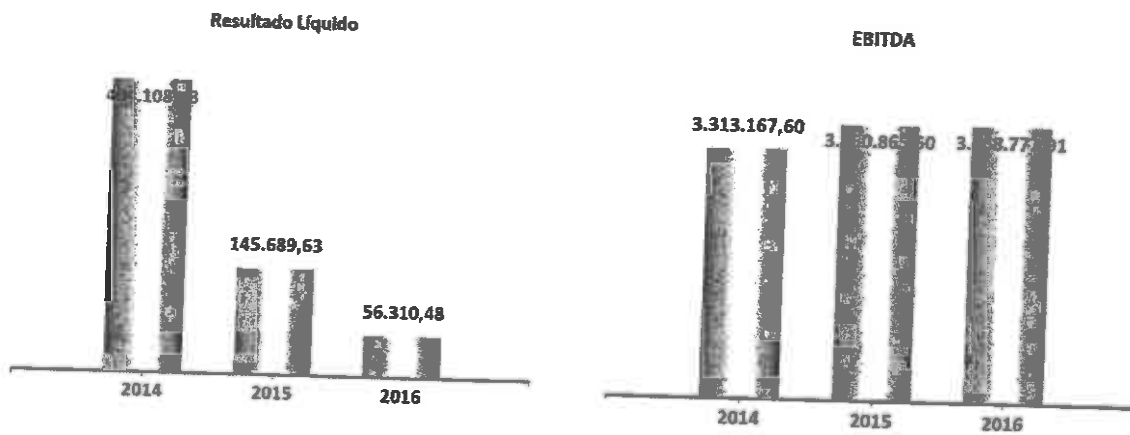
Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da associação:



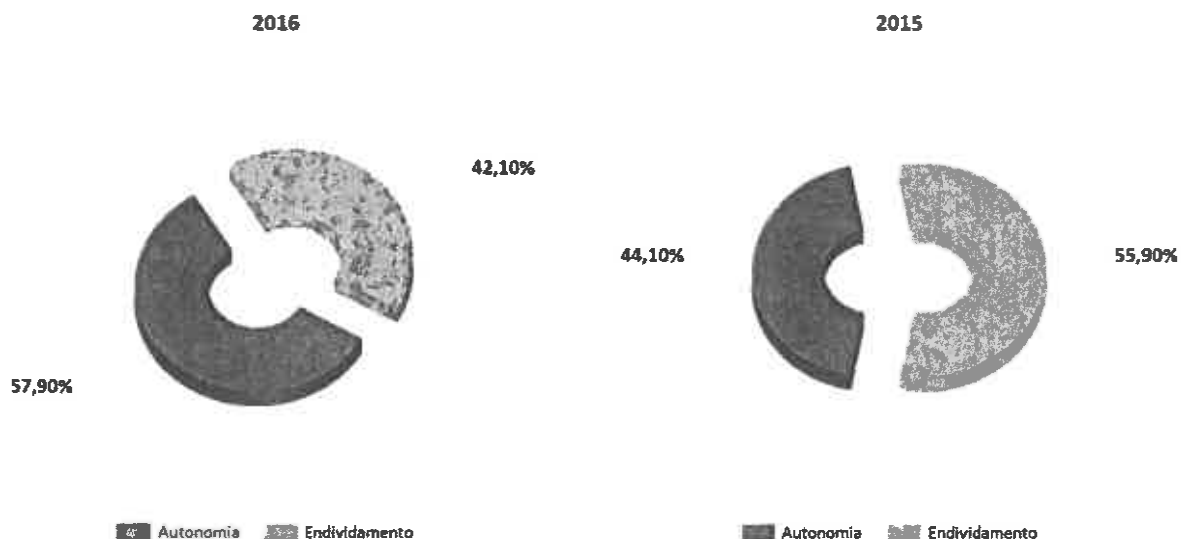
Estrutura de Gastos Percentual



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a associação apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da associação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:


Indicadores Financeiros:

RUBRICAS	PERIODOS	
	2016	2015
Autonomia	57,90%	44,10%
Solvabilidade	137,55%	78,91%
Liquidez Geral	76,45%	69,46%

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da associação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	19.678.306,60	78 %	21.115.475,75	75 %
Ativo corrente	5.595.941,03	22 %	6.933.308,28	25 %
Total ativo	25.274.247,63		28.048.784,03	

RUBRICAS	2016		2015	
Fundos Patrimoniais	14.634.735,98	58 %	12.370.844,14	44 %
Passivo não corrente	3.319.383,48	13 %	5.696.101,86	20 %
Passivo corrente	7.320.128,17	29 %	9.981.838,03	36 %
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	25.274.247,63		28.048.784,03	

3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2016	2015	2014
Gastos com Pessoal	3.853.190,84	3.851.435,82	3.403.895,78
Nº Médio de Pessoas	242	256	233
Gasto Médio por Pessoa	15.922,28	15.044,67	14.608,99

3.2 - Investimentos

No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 2.336.995 euros, referentes essencialmente, a equipamento básico (788.461 euros), edifícios (754.462 euros) e ativos em curso (544.346 euros).

3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.

4 - Principais Riscos e Incertezas

A associação apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

A associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a associação mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

6 - Perspetivas para o Próximo Exercício

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo estima para 2017, conforme orçamento aprovado, um volume de negócios a ascender os 12 milhões de euros.

A totalidade dos rendimentos irá manter-se ao nível do ano de 2016, mas para tal foi necessário proceder á atualização da tarifa paga pelos municípios.

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no próximo ano estima efetuar grandes investimentos, essencialmente na rubrica de edifícios e outras construções (5.198.000 euros) tendo em vista à modernização/ampliação e otimização da TMB, a qual representa cerca de 70% do plano de investimento para 2017. Seguindo-se de outras investimentos relevantes em equipamento básico (675.000 euros) e equipamento de transporte (605.000 euros).

O plano de investimentos apresentado pela Associação visa que 89% do seu valor está ligado a candidaturas aos fundos comunitários e só 11% depende da tesouraria da Resitejo e que tem a ver com a melhoria dos centros de transferência e a aquisição de alguns equipamentos para reforço da capacidade de transportes de resíduos.

No próximo exercício será mantida a política de contenção de gastos, para que o custo de tratamento da tonelada de resíduos possibilite a manutenção do valor a suportar pelos municípios com o tratamento dos mesmos.

7 - Considerações Finais

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a associação não é detentora de quotas ou ações próprias.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela associação.

Não existem dívidas em mora perante o Estado e Segurança Social.

Convém salientar que as instalações da Entidade, sitas no Eco-Parque do Relvão no concelho da Chamusca, encontram-se implementadas parte em propriedade alheia, do qual foi celebrado em 29 de dezembro de 1999, um contrato que cede à RESITEJO o gozo da parcela de terreno por um período temporal não superior a 40 anos, tendo este sido contabilizado na rubrica de "431 - Terrenos e recursos naturais", encontrando-se no exercício de 2010 totalmente depreciados, dado que a duração estimada do Aterro Sanitário era de 10 anos.



8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo no período económico findo em 31 de dezembro de 2016 realizou um resultado líquido de 56.310,48 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2016
Resultados Transitados	56.310,48

9 - Agradecimentos

A Direção não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Relação dos membros da direção e fiscalização.

Membros da Direção

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Tomar
Representante: Anabela Gaspar de Freitas
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município da Golegã
Representante: Carlos Manuel Matos Asseiceiro
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Vila Nova da Barquinha
Representante: Rui Constantino Martins
Cargo: Vice-Presidente

Entidade: Município de Ferreira do Zêzere
Representante: Paulo Jorge Alcobia das Neves
Cargo: Vice-Presidente

Conselho Fiscal

Entidade: Município de Torres Novas
Representante: Elvira Machado da Cruz Sequeira
Cargo: Presidente

Entidade: Município de Entroncamento
Representante: Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Cargo: Vogal

Entidade: Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representante: Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085
Cargo: Vogal

Carregueira, 24 de fevereiro de 2017



resitejo

Balanço

2



Balanço em 31-12-2016
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	18.636.931,04	20.101.975,75
Ativos intangíveis	6	27.875,56	
Investimentos financeiros	10	13.500,00	13.500,00
Outros créditos e ativos não correntes	10	1.000.000,00	1.000.000,00
		19.678.306,60	21.115.475,75
Ativo corrente			
Inventários	11	8.143,95	127.102,00
Créditos a receber	15	4.990.751,22	6.453.161,54
Estado e outros entes públicos	14	413.119,72	36,98
Diferimentos		86.899,40	90.629,68
Outros ativos correntes	15	19.000,00	5.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	78.026,74	257.378,08
		5.595.941,03	6.933.308,28
Total do ativo		25.274.247,63	28.048.784,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	4.988,00	4.988,00
Resultados transitados	15	3.494.427,30	3.348.737,67
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	15	11.079.010,20	8.871.428,84
		56.310,48	145.689,63
Total dos fundos patrimoniais		14.634.735,98	12.370.844,14
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8;9	3.319.383,48	5.696.101,86
		3.319.383,48	5.696.101,86
Passivo corrente			
Fornecedores	15	2.456.220,70	3.889.518,92
Estado e outros entes públicos	14	163.320,00	316.232,89
Financiamentos obtidos	8;9	2.908.823,61	3.731.473,09
Outros passivos correntes	15	1.791.763,86	2.044.613,13
		7.320.128,17	9.981.838,03
Total do passivo		10.639.511,65	15.677.939,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		25.274.247,63	28.048.784,03

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração de Resultados por Naturezas

3



Demonstração dos Resultados por Naturezas do período
findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	12	10.827.198,50	11.917.861,04
Subsídios, doações e legados à exploração	13	5.560,97	68.853,09
Variação nos inventários da produção	11	(118.958,05)	(206.688,00)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(719.723,21)	(906.842,66)
Fornecimentos e serviços externos	18	(4.659.865,14)	(4.456.731,47)
Gastos com o pessoal	16	(3.853.190,84)	(3.851.435,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			8.252,11
Outros rendimentos	12	2.904.810,55	1.765.316,52
Outros gastos	18	(717.054,87)	(677.719,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.668.777,91	3.660.865,50
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	(3.179.793,09)	(3.007.877,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		488.984,82	652.987,78
Juros e rendimentos similares obtidos	12	10.222,24	37.281,31
Juros e gastos similares suportados	9	(421.398,54)	(519.302,18)
Resultado antes de impostos		77.808,52	170.966,91
Imposto sobre o rendimento do período	14	(21.498,04)	(25.277,28)
Resultado líquido do período		56.310,48	145.689,63

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração dos Fluxos de Caixa

4



Demonstração dos Fluxos de Caixa do período
findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	13.378.730,84	13.661.642,94
Pagamentos a fornecedores	7.555.840,35	6.160.760,26
Pagamentos ao pessoal	3.855.303,82	3.696.041,03
Caixa gerada pelas operações	1.967.586,67	3.804.841,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(23.051,56)	(4.040,83)
Outros recebimentos/pagamentos	398.608,03	(835.536,72)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	2.343.143,14	2.965.264,10
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	3.320.171,23	2.557.185,33
<i>Ativos intangíveis</i>	41.811,25	
<i>Investimentos financeiros</i>	14.000,00	
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	35.504,07	43.892,55
<i>Outros ativos</i>		75.000,00
<i>Subsídios ao investimento</i>	4.449.880,05	1.474.187,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	1.109.401,64	(964.105,32)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	3.072.040,40	1.722.784,29
<i>Juros e gastos similares</i>	375.788,27	488.066,47
<i>Outras operações de financiamento</i>	184.067,45	270.849,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(3.631.896,12)	(2.481.700,68)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(179.351,34)	(480.541,90)
Caixa e seus equivalentes no início do período	257.378,08	737.919,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	78.026,74	257.378,08

Direção

Contabilista Certificado



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

5

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016 6		4.988,00			3.348.737,67		8.871.429,84	145.689,63	12.370.844,14		12.370.844,14
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					145.689,63		2.207.581,36	(145.689,63)	2.207.581,36		2.207.581,36
7											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					145.689,63		2.207.581,36	(145.689,63)	2.207.581,36		2.207.581,36
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							56.310,48	56.310,48		56.310,48
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016 6+7+8		4.988,00			3.494.427,50		11.079.010,20	56.310,48	14.694.735,98		14.694.735,98

Direção

Contabilista Certificado





Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2016
(montantes em euros)

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 1		4.996,00			2.990.221,39		7.607.256,47	404.108,48	11.006.584,34		11.006.584,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					358.516,28		2.150.155,50	(404.108,48)	2.150.155,50		2.150.155,50
	2						(885.983,13)		(931.575,33)		(931.575,33)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3					358.516,28		1.264.172,37	(404.108,48)	1.218.580,17		1.218.580,17
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								145.689,63	145.689,63		145.689,63
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 6=1+2+3		4.996,00			3.348.737,57		8.271.428,84	145.689,63	12.370.844,14		12.370.844,14

Direção

Contabilista Certificado



Anexo

6

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

1.2. Sede

Sede social: Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Chamusca

1.3. Natureza da atividade

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

A associação encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Chamusca sob o número 503914096.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2016.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da associação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os contratos de locação financeira, relativamente aos quais a Associação assume os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado, são registados, na data do seu início, como ativo e passivo pelo valor atual das rendas vincendas, desde que menores que o justo valor do bem.

As depreciações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Edifícios e outras construções	20-50 anos
Equipamento básico	3-8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos tangíveis	3-8 anos

Ativos Intangíveis

Os ativos adquiridos são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra, sendo mantidos ao custo histórico na mensuração ocorrida em períodos subsequentes, sendo apenas sujeitos a testes de imparidade quando existem indicadores que apontem nesse sentido.

Inventários

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa**4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.850,31	5.393.924,12	5.387.598,95	9.175,48
Depósitos à ordem	254.527,77	37.681.127,59	37.866.804,10	68.851,26
Outros depósitos bancários				
Total	257.378,08	43.075.051,71	43.254.403,05	78.026,74

4.2. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas**5.1. Identificação das partes relacionadas****5.1.1. Identificar se existem participações entre entidades**

A RESITEJO é uma associação, constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha) e 4 empresas privadas (entidades que deixaram de fazer parte da Associação em novembro de 2016).

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos sociais.



6 - Ativos intangíveis

6.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registro das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			74.667,82					74.667,82
Amortizações acumuladas totais no fim do período			46.792,26					46.792,26
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas			32.856,57					32.856,57
Saldo no início do período								
Varições do período			27.875,56					27.875,56
Aquisições em primeira mão			41.811,25					41.811,25
Total de aumentos			41.811,25					41.811,25
Amortizações do período			13.935,69					13.935,69
Total diminuições			13.935,69					13.935,69
Saldo no final do período			27.875,56					27.875,56

Quadro comparativo:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas totais no fim do período			32.856,57					32.856,57
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			32.856,57					32.856,57
Amortizações acumuladas			32.856,57					32.856,57
Saldo no início do período								
Varições do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

7 - Ativos fixos tangíveis
7.1. Divulgações para cada classe de ativos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	22.132.186,08	15.186.129,64	2.938.500,35	175.208,79		528.458,18			42.177.207,69
Depreciações acumuladas	216.724,65	12.560.818,52	6.181.710,84	1.854.248,03	127.623,45		168.501,17			21.109.626,66
Imparidades acumuladas								965.605,28		965.605,28
Saldo no início do período		9.571.367,56	10.004.418,80	1.084.252,32	47.585,34		359.957,01	(965.605,28)		20.101.975,75
Variações do período		(156.189,21)	(1.491.889,92)	(183.022,51)	4.516,23		(44.283,74)	(52.163,56)		(1.465.044,71)
Total de aumentos		754.461,96	800.460,81	247.771,75	28.378,54		20.990,25	544.345,76		2.396.408,05
Aquisições em primeira mão		754.461,96	788.461,11	201.606,52	28.378,54		19.740,73	544.345,76		2.336.994,62
Outros aumentos			11.999,70	46.165,23			1.249,50			59.414,43
Total diminuições		910.651,17	1.832.360,78	432.794,26	23.862,31		65.273,97	576.698,52		3.841.640,96
Depreciações do período		910.651,17	1.785.110,79	383.459,22	23.862,31		62.773,97			3.165.857,40
Alienações			47.250,00	49.335,04			2.500,00			99.085,04
Outras diminuições								576.698,52		576.698,52
Outras transferências								(19.812,80)		(19.812,80)
Saldo no fim do período		9.415.178,35	8.972.518,88	899.229,81	52.101,57		315.673,27	(1.017.770,84)		18.636.931,84
Valor bruto no fim do período	216.724,65	22.886.648,04	16.927.340,75	3.090.771,83	203.587,33		543.698,91			43.870.771,51
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	13.471.469,69	7.954.821,87	2.191.542,02	151.485,76		230.025,64	1.017.770,84		25.233.840,47

Direção

Contabilista Certificado



Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	216.724,65	17.665.724,40	16.006.523,25	2.547.488,46	155.005,91		499.178,68	2.517.992,06		39.608.637,41
Depreciações acumuladas	216.724,65	11.711.085,47	4.497.497,36	1.506.914,69	106.118,03		107.854,54			18.146.192,74
Saldo no início do período		5.954.638,93	11.509.025,89	1.040.573,77	48.887,88		391.324,14	2.517.992,06		21.462.444,67
Variações do período		3.818.728,83	(1.504.607,09)	43.678,53	(1.304,54)		(31.367,19)	(3.483.997,34)		(1.360.468,92)
Total de aumentos		1.999.267,36	147.253,65	418.511,89	20.202,88		29.279,50	105.310,37		2.719.825,65
Aquisições em primeira mão		1.999.267,36	147.253,65	418.511,89	20.202,88		29.279,50	105.310,37		2.719.825,65
Total diminuições		849.733,05	1.685.658,48	391.833,34	21.507,42		60.646,63			3.009.378,92
Depreciações do período		849.733,05	1.699.258,48	376.732,14	21.507,42		60.646,63			3.007.877,72
Alienações			1.445,00	44.500,00						45.945,00
Outras diminuições			(15.045,00)	(29.398,80)						(44.443,80)
Transferências de AFT		2.467.194,32	33.797,74	17.000,00				(3.588.907,71)		(1.070.915,65)
Saldo no fim do período		9.571.567,56	10.004.418,80	1.084.292,92	47.385,34		359.957,01	(965.605,28)		20.101.978,79
Valor bruto no fim do período	216.724,65	22.132.186,08	16.185.129,64	2.938.500,35	173.208,79		528.458,18			42.177.207,69
Depreciações acumuladas no fim do período	216.724,65	12.560.815,52	6.181.710,84	1.854.248,03	127.623,45		168.501,17	965.605,28		22.075.231,94

8 - Locações
8.1. Locações financeiras — locatários

Os custos de locações financeiras são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2016 o gasto ocorrido com juros de locações foi de 16.632,53 euros.

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		927.012,46		927.012,46	
Saldo no fim do período		927.012,46		927.012,46	
Total dos futuros pagamentos mínimos		270.382,25		270.382,25	
Até um ano		159.518,26		159.518,26	
De um a cinco anos		110.863,99		110.863,99	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

8.2. Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações

Nº Contrato	Locadora	Bem locado	Valor	Opção de compra e outros detalhes
1082368	Cofidis	Trator 35-QM-23	9.470,00	
352.09.2013	BIC	Volvo usado + Kit	28.858,18	
100062090	CGD	Palnés Solares	61.312,94	
100069137	CGD	Viatura pesada +semireboque	65.843,38	
100071570	CGD	Viatura pesada +semireboque	73.360,55	
4150/11/2016	BIC	Renault 36-SC-12	31.537,20	

9 - Custos de empréstimos obtidos
9.1. Empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2016 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 375.788,27 euros.

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos									
Instituições de crédito e sociedades financeiras		2.749.305,35	3.208.519,49						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos									

Direção

Contabilista Certificado



9.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	10.222,24	37.281,31
Juros de financiamentos obtidos	10.222,24	37.281,31
Juros e gastos similares suportados	375.788,27	519.302,18
Juros de financiamentos suportados	375.788,27	519.302,18
Juros de empréstimos bancários	375.788,27	519.302,18

10 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação
10.1. Quantias escrituradas e movimentos do período em subsidiárias, associadas e outros investimentos financeiros que utilizam outros métodos

Descrição	Inv. Subsidiárias	Inv. Associadas	Inv. Outras Empresas	Adiantamentos p/ Inv. Fin.	Total
Valor bruto inicial	13.500,00		1.000.000,00		1.013.500,00
Valor líquido inicial	13.500,00		1.000.000,00		1.013.500,00
Movimentos do período					
Valor líquido final	13.500,00		1.000.000,00		1.013.500,00

11 - Inventários
11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

11.1.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários Iniciais						
Compras		719.723,21	719.723,21		906.842,66	906.842,66
Redistribuição e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		719.723,21	719.723,21		906.842,66	906.842,66
OUTRAS INFORMAÇÕES						

11.1.2. Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Prod. Acabados e Interm.	Subprodutos, desp e refugos	Prod e trab em curso	Total Período	Prod. Acab. e Interm. Per. Anterior	Subprd, desp e refugos Per. Anterior	Prod e trab. em curso Per. Anterior	Total Período Anterior
APURAMENTO DA VARIAÇÃO DE PRODUÇÃO								
Inventários finais	8.143,95			8.143,95	127.102,00			127.102,00
Reclassificação e regularização de Inventários								
Inventários Iniciais	127.102,00			127.102,00	333.790,00			333.790,00
Variação da produção	(118.958,05)			(118.958,05)	(208.688,00)			(208.688,00)
OUTRAS INFORMAÇÕES								

12 - Rédito
12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	3.360.086,25	6.333.255,65
Prestação de serviços	7.467.112,25	5.584.605,39
Juros	10.222,24	37.281,31
Outros réditos	2.904.810,55	1.765.316,52
Total	13.742.231,29	13.720.458,87

12.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
Aluguer de Equipamento	164.557,00	0,00
Cedência de Pessoal	152.530,18	67.649,59
Outros rendimentos suplementares	428.878,36	351.901,33
Descontos de pronto pagamento	3,27	0,00
Alienações	8.583,76	34.183,80
Rendas e Out.Rend.Prop.Investimento	74.272,00	18.000,00
Imputação de subsídios p/ Investimento	1.768.937,11	1.284.270,39
Indemnizações - seguradoras (sinistros)	307.048,87	840,00
Outros	0,00	8.471,41

Direção

Contabilista Certificado



13 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

13.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

13.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	403.271,81	4.449.880,05							
Para ativos fixos tangíveis	403.271,81	4.449.880,05							
Edifícios e outras construções	108.366,46	1.195.763,35							
Equipamento básico	294.905,35	3.254.116,50							
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	41.478,91	5.560,97		27.374,18					
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	444.750,72	4.455.441,02		27.374,18					

13.3. Outras informações

Em 2016, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 5.560,97 euros referente ao IEPF - estágios. No âmbito do financiamento do POVT para TMB foi atribuído um prémio com base nos resultados reais do projeto apurados na auditoria do POVT, no valor de 4.449.880,05 euros.

Em 2015, a associação beneficiou de subsídios à exploração, no montante de 68.853,09 euros, que incluem incentivos ao emprego e estágios (41.478,91 euros), e subsídios da sociedade Ponto Verde (24.075,17 euros) e da Dir.Gar. Energia e Geologia (3.299,01 euros). Obtendo ainda, subsídios ao investimento no montante de 403.271, 81 euros, referentes a edifícios e equipamento básico.

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada (s); ou

Direção

Contabilista Certificado



b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	77.808,52	170.966,91
Imposto corrente	21.498,04	24.273,75
Imposto diferido		1.003,53
Imposto sobre o rendimento do período	21.498,04	25.277,28
Tributações autónomas	5.824,69	2.414,33
Taxa efetiva de imposto	27,62	14,78

14.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		18.942,47		20.495,99
IRC a receber / pagar		18.942,47		20.495,99
Retenção de impostos sobre rendimentos		35.576,32		38.922,22
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	413.119,72		36,98	94.315,09
Contribuições para a Segurança Social		108.770,79		108.176,20
Tributos das autarquias locais		30,42		30,42
Outras tributações				54.292,97
Total	413.119,72	163.320,00	36,98	316.232,89

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Associação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15 - Instrumentos financeiros

- 15.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

- 15.2. Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Clientes e utentes			5.084.494,83	(74.743,61)	
Outras contas a receber			4.577.917,97	(74.743,61)	
Ativos financeiros detidos para negociação			487.576,86		
			19.000,00		
Passivos financeiros:					
Fornecedores			4.247.984,56		
Financiamentos obtidos			2.456.220,70		
Outras contas a pagar			6.228.207,09		
Outras contas a pagar			1.791.763,86		
Ganhos e perdas líquidos:					
De ativos financeiros			(106.550,57)		
De passivos financeiros			(1,42)		
Rendimentos e gastos de juros:					
De passivos financeiros			(106.549,15)		
Rendimentos e gastos de juros:					
De passivos financeiros			(421.398,54)		
De passivos financeiros			(421.398,54)		

15.3. Fundos patrimoniais

A variação ocorrida, nos anos de 2015 e 2016, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundos	4.988,00			4.988,00
Resultados transitados	3.346.737,67		145.689,63	3.494.427,30
Outras variações nos capitais próprios	8.871.428,84		2.207.581,36	11.079.010,20
Subsídios	8.787.434,84		2.207.581,36	10.995.016,20
Doações	83.994,00			83.994,00
Total	12.225.154,51		2.353.270,99	14.578.425,50

16 - Benefícios dos empregados

16.1. Número de empregados e gastos de pessoal

16.1.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2016 o número de colaboradores era de 242.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	3.853.190,84	3.851.435,82
Encargos sobre as remunerações	2.860.627,42	2.883.802,30
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	583.226,86	589.991,09
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	146.648,64	106.006,68
	262.687,92	271.635,75

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE	
	1	Total
Vendas	3.360.086,25	3.360.086,25
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	3.360.086,25	3.360.086,25
Prestações de serviços	7.467.112,25	7.467.112,25
Compras	719.723,21	719.723,21
Fornecimentos e serviços externos	4.659.865,14	4.659.865,14
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	719.723,21	719.723,21
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	719.723,21	719.723,21
Variação nos inventários de produção	(118.958,03)	(118.958,03)
Gastos com o pessoal	3.853.190,84	3.853.190,84
Remunerações	2.860.627,42	2.860.627,42
Outros gastos	992.563,42	992.563,42
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	18.636.931,04	18.636.931,04
Total das aquisições	2.336.994,62	2.336.994,62
(das quais edifícios e outras construções)	754.461,96	754.461,96
Adições no período de ativos em curso	544.345,76	544.345,76
Propriedades de investimento		



17.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	3.360.086,25			3.360.086,25
Prestações de serviços	7.467.112,25			7.467.112,25
Compras	719.723,21			719.723,21
Fornecimentos e serviços externos	4.659.865,14			4.659.865,14
Aquisições de ativos fixos tangíveis	2.336.994,62			2.336.994,62
Rendimentos suplementares:	745.965,54			745.965,54
Aluguer de equipamento	164.557,00			164.557,00
Outros rendimentos suplementares	581.408,54			581.408,54

17.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que o RESITEJO não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da RESITEJO perante a Segurança Social se encontra regularizada.

18 - Outras informações
18.1. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Nome	Valor Período	Valor Período Anterior
Impostos	550.585,65	420.257,98
Gastos e Perdas em investimentos não financeiros	12.750,30	0,00
Donativos	20.847,83	39.168,61
Quotizações	11.826,00	16.826,00
Outros	4.270,43	1.293,17
Gastos relativos a períodos anteriores	0,00	53.662,60

18.2. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	293.008,43	11.505,55
Serviços especializados	2.178.212,19	2.165.577,04
Trabalhos especializados	452.435,42	659.246,40
Publicidade e propaganda	133.720,93	86.934,33
Vigilância e segurança	65.568,00	61.904,00
Honorários	62.021,26	53.899,65
Conservação e reparação	1.436.573,49	1.287.338,67
Outros	27.893,09	16.253,99
Materiais	249.822,30	238.638,88
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	217.585,58	206.051,04
Livros e documentação técnica		174,53
Material de escritório	12.480,37	12.920,48
Artigos para oferta	12.743,85	16.633,63
Outros	7.012,50	2.859,20
Energia e fluidos	1.177.337,45	1.142.055,77
Eletricidade	379.482,54	375.515,83
Combustíveis	718.514,22	720.905,75
Água	2.679,95	2.708,48
Outros	76.660,74	42.925,71
Deslocações, estadas e transportes	338.294,09	539.203,19
Deslocações e estadas	9.190,35	4.412,81
Transportes de mercadorias	329.103,74	534.790,38
Serviços diversos	423.190,68	359.751,04
Rendas e alugueres	224.887,48	166.350,87
Comunicação	22.875,10	20.583,52
Seguros	147.364,76	151.669,67
Contencioso e notariado	7.888,97	6.822,45
Despesas de representação	4.138,80	1.737,27
Limpeza, higiene e conforto	16.035,57	12.587,26
Total	4.859.885,14	4.456.731,47

19 - Acontecimentos após data de balanço
19.1. Autorização para emissão:

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.
- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os associados da associação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direção

Contabilista Certificado





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 25.274.248 euros e um total de fundos patrimoniais de 14.634.736 euros, incluindo um resultado líquido de 56.310 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

B7



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- e comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 9 de março de 2017

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:


Paulo Dínis Delgado Chaves (ROC n.º 1085)

RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo

CONSELHO FISCAL

ATA NÚMERO QUATRO

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas onze horas e trinta minutos, reuniram na Rua Ferro de Engomar - Eco-Parque do Relvão, Carregueira, na Chamusca, o Conselho Fiscal da RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, pessoa coletiva número quinhentos e três milhões novecentos e catorze mil e noventa e seis.

Encontravam-se presentes a Presidente Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira, em representação do Município de Torres Novas e os vogais Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, em representação do Município do Entroncamento e Paulo Dinis Delgado Chaves, em representação da Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. para aprovação dos documentos de prestação de contas bem como do Relatório de gestão referente ao exercício de dois mil e dezasseis, cujo processo de preparação foi objeto de adequado acompanhamento.

O vogal Paulo Dinis Delgado Chaves, apresentou de forma detalhada os procedimentos de auditoria desenvolvidos e as principais conclusões dos trabalhos realizados.

O Conselho Fiscal gostaria de realçar as preocupações com a necessária alteração do estatuto jurídico e as consequentes implicações na atividade da Associação, as quais terão impacto no volume de negócios e por sua vez poderá traduzir-se no agravamento de custos a imputar aos municípios, situação esta agravada pelas alterações legislativas no âmbito do SIGRE.

Da análise efetuada o Conselho Fiscal considera que tais documentos possibilitam uma adequada compreensão, quer da posição financeira da Associação em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, quer do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do exercício findo naquela data.

Nestas circunstâncias, e como consequência do trabalho efetuado, o Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório e as Contas anuais apresentadas pela Direção devem ser aprovados conforme Parecer emitido nesta data, o qual faz parte integrante desta ata que vai ser assinada pelos presentes.

Por último, o Conselho Fiscal gostaria de se congratular com o trabalho desenvolvido pela Direção no presente exercício e com os resultados apresentados.

Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira
Município de Torres Novas, representado por
Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira - Presidente

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Município do Entroncamento, representado por
Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim - Vogal

Paulo Dinis Delgado Chaves
Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da
RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo
Carregueira

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal vigiou a observância da lei e dos estatutos, efetuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da Associação.


O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

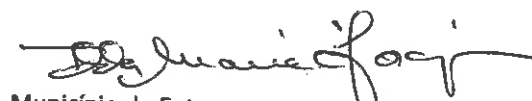
Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Carregueira, 9 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL


Município de Torres Novas, representado por
Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira - Presidente


Município do Entroncamento, representado por
Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim - Vogal


Tocha, Chaves & Associados - SROC, representada por
Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal